



Seção

do CANDIDATO à

ESCOLA DE COMANDO E
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

CC-008 - 27.007, 1845.

110 / 23-11-958.

N. 10-59

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA

I — HISTÓRIA

General FLAMARION BARRETO

ESTUDO E INTERPRETAÇÃO DE UMA QUESTÃO

QUESTÃO PROPOSTA

“No âmbito dos objetivos e dos processos colonizadores dos espanhóis e portugueses na América do Sul e no quadro do Vice-Reinado do Rio da Prata e da América portuguesa, estudar as causas que contribuíram para fragmentação do Vice-Reinado do Prata nos Estados independentes da Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia e para preservar a unidade da América portuguesa, de que resultou o Estado do Brasil”.

1. INTERPRETAÇÃO DA QUESTÃO

a) **Fato principal:** Causas que contribuíram para fragmentar o Vice-Reinado do Rio da Prata e preservar a unidade da América portuguesa.

b) **Limites:** De 1500 a 1828

No espaço: Abrange os Estados da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru (parte), Brasil.

c) **Servidão:** Conduzir o estudo das Causas no ambiente geográfico, humano, econômico, político, social e militar, que os processos de colonização espanhóis geraram no Vice-Reinado do Rio da Prata e no do que os dos portugueses produziram no Brasil, incluindo o Uruguai.

d) **Forma:** Análise e síntese comparativas. Conclusões gerais referentes a cada caso.

e a única que se poderia opor à fragmentação imediata ou mediata do Vice-Reinado.

— A falta de um arcabouço jurídico-administrativo de cúpula, que permitisse formular uma diretriz política capaz de ser aceita por tôdas as Províncias e a incapacidade da Província de Buenos-Aires para organizá-lo e impô-lo em plena crise da Independência.

— A intromissão do Governo português inicialmente e do brasileiro posteriormente, fomentando e apoiando o divisionismo das Províncias do Vice-Reinado.

b) Na América portuguesa:

— A transmigração da família real para o Brasil e o estabelecimento do Governo do Reino na Colônia, determinou a atenuação dos ressentimentos dos colonos e um movimento de vassalagem e obediência de seus elementos mais representativos, revitalizando e revigorando o poder real, que retomou sua antiga majestade e readquiriu seu imenso poder aglutinador.

— As medidas liberais tomadas pelo novo Governo fomentou as atividades econômicas, intelectuais e sociais da Colônia, revigorou a consciência de sua capacidade para governar-se e seguir seu próprio destino, embora lhe comunicasse também o sentimento de suas responsabilidades para com o soberano que buscara na lealdade de seus súditos de além-mar refúgio e proteção.

— A organização do Governo metropolitano no Brasil criou o arcabouço jurídico-administrativo-militar que reconstituiu o Governo unitário, apoiado por uma Força Armada de caráter nacional capaz de impor, se necessário, a autoridade do Governo central. Nesse Governo foi tendo representação e assento, progressivamente, a elite cultural e política da Colônia, que fez assim seu aprendizado no trato objetivo dos problemas do Governo nacional.

— Com a volta da família real para Lisboa essa elite assenhoreou-se dos cargos principais do Governo, venceu a corrente portuguesa que cercava o Príncipe Regente, constituindo-se nos bastidores em Governo de fato da Colônia.

— Quando a Metrópole quis reagir, impôs ao príncipe Regente a Independência com êle ou sem êle. O príncipe teve o bom senso de aceitar o primeiro alvitre, fazendo-se a Independência inicialmente sem derramamento de sangue e sem os sobressaltos e os imponderáveis de uma mudança de instituições políticas.

— O espírito regionalista tentou reagir, mas foi facilmente submetido pelo poder militar da Colônia, formado em séculos de luta contra os índios e os estrangeiros e agora bem consciente de seu papel de mantenedor da unidade nacional.

3. ESQUEMA PARA REDAÇÃO

— A colonização espanhola produziu no Vice-Reinado do Rio da Prata liames culturais, políticos e econômicos, capazes de darem vida institucional independente à sua unidade geo-econômica. Havia fermentos de desagregação, oriundos de diferenças humanas, sociais, geográficas, inscritos no Provincialismo da administração colonial, que o processo colonizador não teve capacidade para extinguir. Mas essas diferenças poderiam ser conciliadas através de instituições, que as respeitassem, sem sacrificar em a unidade do Vice-Reinado.

— Isso exigiria da elite cultural do Vice-Reinado, concentrada em Buenos Aires, sem forças para impor-se às demais Províncias, uma diretriz política de âmbito nacional, tolerante e compreensiva, em vez de impo-

sitiva e violenta. Para isso seria necessário que tivesse experiência de Governo e não apenas formação intelectual.

— A criação das Juntas Provinciais fragmentou o poder do Vice-Rei e agravou o espírito regionalista nascido no regime colonial. O emprêgo violento da força para impor a autoridade da Junta de Buenos Aires exacerbou os sentimentos regionais e deu oportunidade ao caudilho, desparelhado de formação intelectual e política, para aparecer como chefe militar, função para que estava deformadamente preparado pela luta contra o indígena.

— Daí por diante o problema político de manter a unidade do Vice-Reinado só teria solução pelas armas. E faltava a Buenos Aires e às Províncias que se mantiveram fiéis à sua orientação política, a braços com a tarefa de se defenderem contra o poder da Metrópole, já refeito em plena campanha para restaurar o regime colonial em toda sua extensão, capacidade militar para submeter os caudilhos que dominavam as Províncias rebeldes.

— A intervenção portuguesa feita de início com a intenção de cooperar no restabelecimento do poder espanhol teve como conseqüência a conciliação dos interesses de realistas e líderes da Independência. Foi depois tolerada por Buenos Aires, quando combateu o nacionalismo de Artigas e entrou mais tarde em conflito com o Governo das Províncias Unidas, quando se revelou no seu verdadeiro caráter: conquistadora e imperial. Dêsse conflito nasceu a República do Uruguai.

— Em resumo se poderá dizer que as causas que contribuíram para a fragmentação do Vice-Reinado do Rio da Prata foram as seguintes:

— O espírito regionalista oriundo de condições geográficas, humanas, econômicas e sociais produzidas pelo povoamento e a colonização, reconhecidas e organizadas pela administração colonial através do instituto das Intendências.

— A predominância geográfica, econômica, política e cultural de Buenos Aires e o papel de liderança política que assumiu a elite que governava essa Província sem dispor de uma força militar capaz de impô-la decidida e resolutamente aos recalcitrantes.

— A desorientação inicial dos líderes da Independência que ficaram indecisos entre a fidelidade à Coroa espanhola e a causa da Independência nacional. Daí decorreu a organização de juntas de Governo com orientação lealista, enfraquecendo o poder do Vice-Rei e fortalecendo o Governo das Províncias.

— A falta de uma diretriz política firme na organização política dos primeiros Governos independentes, que em vez de optarem por uma forma de organização federalista ou unitária, ficaram oscilando entre uma e outra.

— A falta de um arcabouço jurídico-administrativo que imprimisse às diretrizes políticas dos líderes da Independência uma orientação nacional oriunda da experiência deles no trato dos problemas administrativos do Vice-Reinado.

— A guerra civil, que serviu de degrau ao prestígio dos caudilhos e o primarismo de sua formação intelectual, moral e política, que os conduziu a pô-los ao serviço de interesses locais.

— A intervenção do Governo português e, depois, do brasileiro, fomentando o divisionismo reinante entre os líderes do Movimento da Independência no Vice-Reinado.

b) América portuguesa:

A colonização do Brasil produziu fermentos desagregadores que, somados aos conseqüentes de sua imensidade geográfica, poderiam conduzir,

no mínimo, à formação de Estados independentes no Norte, no Centro e no Sul do território colonial.

— O estabelecimento e o funcionamento do Governo metropolitano no Brasil, durante treze anos deu-lhe um arcabouço jurídico-administrativo de cúpula, capaz de executar diretrizes políticas de caráter nacional; uma estrutura econômica sólida, que encontrou no Banco do Brasil, nos tropeiros, no aumento do intercâmbio comercial, seus primeiros elementos de unidade; uma Fôrça Armada que teve no Quartel-General da Côrte, no Quartel-General da Marinha os elementos de Comando e de Coordenação que lhe dariam feição nacional, transformando-a num instrumento capaz de impor e assegurar a autoridade do poder central.

O preito de vassalagem, prestado pelos verdadeiros senhores da terra — grandes proprietários rurais, mineradores, senhores de engenho — ao Rei, revigorou o poder real, restituiu ao trono sua fôrça aglutinadora e marcou uma parada no processo da Independência, iniciado com os primeiros movimentos de caráter nativista.

— A elite intelectual e política da terra aproveitou-a para fazer sua aprendizagem prática num Governo nacional e para as assenhorear dos cargos mais importantes na administração e na Fôrça Armada.

— A presença de um Príncipe de sangue no Governo do Reino após a partida do Rei e o exemplo das Colônias espanholas que não encontravam uma fórmula política capaz de conciliar os interesses antagônicos que nelas se digladiavam, levaram os líderes da Independência a aproveitarem-no como elemento aglutinador das diferentes tendências, que agitavam as elites brasileiras com repercussões ainda fracas nas grandes massas populares. E conduziram o processo da Independência pelo caminho da Monarquia, tendo à sua frente um Príncipe da antiga metrópole.

— Com essa solução ganhavam a boa vontade da Metrópole e a dos portugueses residentes no Brasil; a administração e o Governo da Colônia continuaram funcionando, sofrendo depois as alterações que os acontecimentos impuseram; evitou-se a guerra civil, uma vez que a maioria esmagadora dos chefes do Exército e da Marinha aceitaram a instituição monárquica, preservando a unidade da Fôrça Armada, que ficaria capacitada para impor a nova ordem de coisas a todo o território nacional.

Em síntese, se poderá dizer que a unidade brasileira resultou das seguintes causas:

— Da existência na Colônia de uma elite política, econômica e intelectual capaz de competir com os portugueses, em paridade, no exercício dos cargos administrativos do novo Governo estabelecido no Brasil.

— De ter a presença do Governo português no Brasil e da família real atenuado os ressentimentos originados durante o regime colonial, reunificado o Governo da colônia, revigorada a autoridade do poder real, criados os órgãos superiores da administração pública e dado um caráter nacional à Fôrça Armada, ao mesmo tempo que lhe aumentavam a eficiência e o valor.

— Dos novos estímulos dados ao desenvolvimento econômico, social e intelectual das populações coloniais, que encontravam na liberdade de comércio, na criação do Banco do Brasil, das Escolas Superiores, nas instituições culturais, os novos elementos de progresso material e social e liames de congraçamento e de união.

— Da participação mais extensa da elite colonial nos negócios do Reino e da experiência que adquiriu no trato dos problemas nacionais.

— Da presença do príncipe Regente após a partida do Rei e da compreensão que teve do problema brasileiro, aderindo à causa da Independência do Brasil.

— De ter a Independência do Brasil sido feita sem quebra de continuidade das instituições monárquicas, da administração colonial e sem derramamento de sangue, que poderia ter provocado choques e divisões irremediáveis.

— Da existência de uma Força Armada aguerrida e volumosa, servida por chefes brasileiros, que compreenderam sua função de mantenedora da unidade nacional, que defenderam durante três séculos de lutas e de sacrifícios.

— Do exemplo oferecido pelas Nações espano-americanas, debaten-do-se na anarquia política resultante das lutas entre os Caudilhos saídos da guerra pela Independência e incapazes de encontrarem uma fórmula de conciliação para seus interesses em conflito.

— Da índole compreensiva, tolerante e conciliadora da maioria esmagadora da população brasileira e da capacidade política de seus líderes que aceitaram o trono para preservar com seu imenso poder de aglutinação, a unidade geográfica, humana e social da Nação, que despontara na Guerra com os holandeses, crescera com a epopéia bandeirante e encontrara na luta pela defesa do território colonial o denominador comum de suas diferentes tendências.

II — GEOGRAFIA

SOLUÇÃO PARA QUESTÃO PROPOSTA NO CONCURSO DE 1958

QUESTÃO PROPOSTA

Estudar, no quadro da circulação interna da América do Sul, as regiões de articulação rodoviária, ferroviária e fluvial existentes na nossa fronteira terrestre, caracterizando a sua influência nas relações políticas e econômicas continentais.

UMA SOLUÇÃO

A — URUGUAI

1 — A LAGOA MIRIM, em regime de condomínio internacional, coloca a região fronteira do NE uruguaio (servido pelo eixo ferroviário MONTEVIDEO — TREINTA Y TRES — RIO BRANCO), através do CANAL DE S. GONÇALO, em contato com a LAGOA DOS PATOS e, conseqüentemente, com dois portos de intenso tráfego marítimo — RIO GRANDE E PORTO ALEGRE.

A LAGOA MIRIM, em plena linha divisória internacional, é parte de um sistema fluvial-marítimo que engloba — o rio JAGUARÃO (até a cidade de JAGUARÃO, ponto de contato de ferrovias internacionais), a própria LAGOA MIRIM, o CANAL DE S. GONÇALO (que serve à cidade de PELOTAS) e a LAGOA DOS PATOS, através da qual são atingidos. PORTO ALEGRE e RIO GRANDE e se abre a saída para o Oceano.

Por êsse sistema vial circula parte do comércio exterior entre o Brasil e o Uruguai e nêle se assenta um interessante intercâmbio entre as populações ribeirinhas dos dois países que tem servido de base de entendimento e de convivência pacífica.

No futuro, quando a parte do território uruguaio vinculada a êsse sistema vial tiver um maior desenvolvimento demográfico e econômico, essa articulação fluvial-marítima poderá vir a desempenhar importante papel na política de relações entre os dois países.

2 — Na linde seca, as regiões de contato fronteiriço :

BAGÉ — ACEGUÁ — MELO

LIVRAMENTO — RIVERA

QUARAI — ARTIGAS,

permitem algum intercâmbio econômico e apreciável interpenetração política.

Destas, a principal, sem dúvida, é a conexão LIVRAMENTO — RIVERA, importante nó de comunicações que articula os sistemas ferroviário e rodoviário sul-brasileiro e uruguaio.

No ano de 1957 por êsse "nó de comunicações" LIVRAMENTO — RIVERA passou o seguinte volume de comércio exterior entre os dois países :

— importações brasileiras — 3.547 ton — 38,7 milhões de cruzeiros;

— exportações brasileiras — 43.160 ton — 73,3 milhões de cruzeiros.

B — ARGENTINA

Regiões de contato fronteiriço :

URUGUAYANA — LOS LIBRES,

ALVEAR — ITAQUI,

S. BORJA — S. TOMÉ

FOZ DO IGUAÇU — PUERTO AGUIRRE,

os três primeiros através do rio URUGUAI e o último sôbre o rio PARANÁ.

Dêste, destaca-se como mais importante, quer no que se refere a sua função como elo de aproximação política e intercâmbio cultural, quer pelo volume de comércio exterior de que é intermediária, a região URUGUAIANA — LOS LIBRES, cidades ligadas por sólida ponte internacional. Nesse ponto, articulam-se os sistemas ferroviário e rodoviário do Sul do Brasil e da Mesopotâmia Argentina, ligando-se, êste último, com os sistemas vias paraguaios. Por URUGUAIANA — LOS LIBRES, no ano de 1957 passou o seguinte volume do comércio exterior entre os dois países :

— Imp. brasileiras — 1.000 ton e 18 milhões de cruzeiros ;

— Exp. brasileiras — 61.000 ton e 299 milhões de cruzeiros.

A região de contatos internacionais FOZ DO IGUAÇU — PUERTO AGUIRRE, atualmente é apenas um ponto de atração turística. Sôbre a mesma, voltaremos a falar, quando tratarmos do PARAGUAI.

C — PARAGUAI

1 — FOZ DO IGUAÇU — PÔRTO FRANCO conectará, futuramente, ASSUNÇÃO ao pôrto de PARANAGUÁ e será um elo importante da política exterior brasileira interessada em assegurar ao PARAGUAI um pôrto-livre no ATLÂNTICO.

A região da FOZ DE IGUAÇU, de atraente feição turística, forma um dos vértices do triângulo internacional:

— FOZ DO IGUAÇU — PUERTO AGUIRRE — PUERTO FRANCO.

2 — Na fronteira seca, as regiões de contato:

PONTA PORÁ — P. J. CABALLERO

BELA VISTA — BELLA VISTA (PAR.), são pequenas bases de convívio internacional e de comércio fronteiriço. A primeira delas está se insinuando como via de contato internacional de relativo valor, pois PONTA PORÁ está atendida por um ramal da E. F. NOROESTE DO BRASIL e por boa rodovia e, do lado paraguaio, já há uma rodovia regular que liga P. J. CABALLERO a CONCEPCION (sobre o rio PARAGUAI). O desenvolvimento econômico da faixa fronteiriça do Paraguai, com plantio de café, e da região de DOURADOS, MG, veio intensificar o sistema econômico dessa região lindeira.

3 — Articulação do BRASIL, PARAGUAI, ARGENTINA — Linhas de navegação:

NO RIO PARAGUAI, a cidade P. MURTINHO é um pequeno centro de exportação de madeiras (quebracho) e de irradiação de comércio fronteiriço com as localidades paraguaias servidas pelo rio. Está ligada por boa rodovia, a JARDIM que, por sua vez, se liga por rodovia a AQUI-DAUANA (ferrovia NOROESTE DO BRASIL).

D — BOLÍVIA

1 — CORUMBÁ — P. SUAREZ. Corumbá, mais importante pôrto brasileiro sobre o rio Paraguai, elo ferroviário do sistema sul-brasileiro com o oriente boliviano, importante ponto de apoio da navegação aérea transcontinental, tem assim expressivo valor como base de comunicações fluviais, ferroviárias e aéreas. A construção da ferrovia Corumbá — Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, de 650 km, prolongando os trilhos da E. F. NOROESTE DO BRASIL até à região sul-andina boliviana, está fadada a vir desempenhar, em futuro próximo, importante papel no intercâmbio econômico entre os dois países. Está prestes a se iniciar a fase prática da exploração do petróleo da região de Santa Cruz de la Sierra por empresas privadas brasileiras. Nos primeiros anos de exploração, antes que sejam concluídos os oleodutos previstos no recente acôrdo de LA PAZ, essa ferrovia deverá permitir o escoamento da produção até a refinaria (de construção projetada) de Corumbá. Por outro lado, está se intensificando o interêsse de nossos industriais por matéria-prima mineral boliviana, principalmente estanho, chumbo e gêsso, podendo parte dessa importação atingir os centros industriais do sul do Brasil por essa via férrea. Nossa indústria, em busca de expansão de mercado, está entrando paulatinamente na Bolívia pela porta de Corumbá.

A construção do trecho ferroviário de 400 km aproximadamente, ligando Santa Cruz a Aiquile, virá tornar realidade a primeira trans-

continental ferroviária Atlântico-Pacífico, pondo em contato ferroviário os portos de SANTOS e ARICA. Quando isto acontecer está o sul do Brasil conectado por via férrea com os países do Pacífico — Bolívia, Peru e Chile, e o Norte Argentino.

Na fronteira fluvial dos vales do Madeira e do Acre, os pontos de contato são:

GUAJARÁ-MIRIM — PUERTO SUCRE (Guayará Mirim)

BRASILÉIA — COBIJA.

Ambos são pontos de irradiação de comunicações e comércio fronteiriço. Para **Guarajá-Mirim** convergem os interesses do pequeno comércio exportador da borracha boliviana. A seção ferroviária Pôrto Velho — Guajará-Mirim (366 km) assegura a continuidade do tráfego do alto Madeira e seus afluentes bolivianos, todos navegáveis, com a rede fluvial do Amazonas; êsse trecho ferroviário liga os pontos extremos de um segmento encachoeirado do rio Madeira.

E — PERU

A região de TABATINGA — LETICIA, sôbre o rio MARANON, é intermediária do comércio entre o BRASIL e PERU. Êste comércio incrementa-se dia a dia, em função da compra, pelo Brasil do petróleo peruano da região de Ganso Azul, no vale do Ucayale, com o qual vem se alimentando a refinaria de Manaus. A fim de normalizar o fornecimento de petróleo peruano à refinaria de Manaus, a Petrobrás adquiriu uma frota de petroleiros fluviais que mantém linhas regulares de Manaus ao Ucayale, passando por Iquitos, a capital da Amazônia peruana.

F — COLÔMBIA

Fronteira morta

O contato triangular — BRASIL — PERU — COLÔMBIA, na região de TABATINGA, no que se refere ao intercâmbio bilateral BRASIL — COLÔMBIA, é completamente destituído de importância.

O caudaloso CAQUETÁ — JAPURÁ, completamente inexplorado, hoje, permite um contato da região sul-andina colombiana com a bacia amazônica.

G — VENEZUELA

Fronteira morta; o canal de Cassiquiare ligando os vales do Amazonas ao do Orinoco, como que aponta às modernas gerações de brasileiros e venezuelanos um caminho natural de intercâmbio.

H — GUIANAS

Fronteiras terrestres mortas, na sua maior parte tendo como divisória a crista da Serra de Tumucumaque.

Através da via marítima, desenvolve-se o comércio entre MACAPÁ e as capitais das Guianas, principalmente Cayena.

Ampliando os horizontes !



Tarefa pioneira... fundamental, aquela das indústrias que produzem matérias-primas básicas para que as de transformação venham a produzir um número infindável de artigos de uso diário. E quando o Brasil desponta como grande nação industrial, a Cia. Eletro-Química Fluminense se orgulha de estar presente, animada da mesma confiança no futuro que domina os mentores do maior círculo de indústrias da América Latina. E porque acredita no progresso industrial brasileiro, a Cia. Eletro-Química Fluminense aplica, sem cessar, consideráveis e modernos recursos em seus processos de fabricação de matérias-primas eletro-químicas. Seus problemas, nesse campo, podem-nos ser confiados. Nossos técnicos, por certo, encontrarão para eles as soluções mais convenientes. Consulte-nos.

Soda Cáustica
Cloro Líquido
Clorogeno (Cloreto de Cal)
Hipoclorito de Sódio
Ácido Clorídrico
Cloreto de Cálcio
Monoclorobenzeno
Ortodiclorobenzeno
Paradiclorobenzeno
Triclorobenzeno
B H C "Dominol"
(Hexacloreto de Benzeno) em pó e molhável
Carrapaticida
Sarnicida

CIA. ELETRO-QUÍMICA FLUMINENSE

R. México, 168 - 8º and. - Tels.: 42-4120 - 42-4129 - 22-7882 - 22-7886

End. Teleg.: SODACLOR

RIO DE JANEIRO